

UMA BREVE INTRODUÇÃO DA HISTÓRIA DA CODIFICAÇÃO DO DIREITO CIVIL CHINÊS

Ma Zhe*

Assistente Eventual, Faculdade de Direito, Universidade de Macau

Resumo: O Código Civil da República Popular da China (doravante denominado “Código Civil Chinês”) foi promulgado em 28 de Maio de 2020 e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2021, como o primeiro Código Civil da China comunista. Meio século de esforços de codificação finalmente resultou neste código tão esperado. Obviamente, a codificação do direito civil da China não aconteceu da noite para o dia, mas tinha sido o sonho de centenas de anos do povo chinês e do governo da República Popular da China sob a liderança do Partido Comunista Chinês. O presente artigo vai tentar revitalizar os episódios e o desenvolvimento da história da codificação chinesa do Código Civil. Nesse processo, veremos a influência dos sistemas jurídicos ocidentais, especialmente europeus, no desenvolvimento do direito civil chinês, sendo eles também um importante alicerce do sistema de direito privado de Macau. Por isso, o presente artigo não apenas dará aos leitores de língua portuguesa uma compreensão preliminar do sistema de direito privado da China, mas também fornecerá uma base para a análise comparativa do direito europeu e do direito chinês.

Palavras-Chave: Codificação; Direito Civil; República Popular da China; História.

A China tem uma longa tradição de compilação de códigos, que pode ser

* Doutora em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Macau

encontrada com a compilação do Código Tang na primeira metade do Século 7 DC,¹ mais tarde seguido pelos das dinastias Song, Ming e Qing.² Esses códigos imperiais, no entanto, preocupavam-se principalmente com o direito penal e a administração, e não com o direito civil. Na verdade, na China antiga, o direito penal era sempre muito mais desenvolvido do que o direito civil.³ Isso foi porque a China se tornou um país feudal centralizado há mais de 2.000 anos.⁴ A principal tarefa dos governantes era manter a estabilidade do país, então eles promulgaram leis penais severas para controlar o povo. Em termos de economia, a China antiga foi durante muito tempo uma sociedade agrícola autossuficiente e as transações entre particulares foram subdesenvolvidas, o que também era diferente do contexto social do surgimento e desenvolvimento do direito civil e comercial na Europa.⁵

Claro, conflitos entre particulares ainda inevitavelmente ocorreram, mas as regras de resolução para isso eram os hábitos sociais e os valores prevaletentes, em vez de regras estatutárias.⁶ Em termos de jurisdição e punição, a fronteira entre as leis civis e criminais na China imperial também não era bem definida: os mesmos juízes, que eram também os chefes administrativos do lugar,⁷ puderam

- 1 O Código Tang é o mais antigo código jurídico imperial chinês e é considerado um vértice no desenvolvimento do direito tradicional chinês. Serviu como Código Penal modelo para as dinastias chinesas posteriores, e o espírito filosófico que animou algumas das suas disposições continua a influenciar o direito penal chinês moderno de hoje. Veja Norman P. Ho, 'Understanding Traditional Chinese Law in Practice: The Implementation of Criminal Law in the Tang Dynasty (618-907 AD)', *UCLA Pacific Basin Law Journal* 32, no. 2 (2015), <https://doi.org/10.5070/P8322029214>.
- 2 Jacques Henri Herbots, 'The Chinese New Civil Code and the Law of Contract', *China-EU Law Journal* 7, no. 1-4 (December 2021): 39-49, <https://doi.org/10.1007/s12689-021-00090-6>.
- 3 Debin Ma, 'Law and Economy in Traditional China: A "Legal Origin" Perspective on the Great Divergence', *CEPR Discussion Papers*, CEPR Discussion Papers (C.E.P.R. Discussion Papers, May 2011), <https://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/8385.html>.
- 4 O imperador Qin Shi Huang uniu os estados beligerantes da China numa única nação em 221 AC. Desde então, a civilização chinesa nunca foi interrompida, mesmo durante a invasão das grandes potências. Isso permitiu que a China mantivesse um alto grau de continuidade e consistência no seu estilo de governo, embora tenha passado por diferentes dinastias. Sobre a influência da unificação pelo Qin Shi Huang na civilização chinesa, veja Xiaotong Fei, 'The Formation and Development of the Chinese Nation with Multi-Ethnic Groups', *International Journal of Anthropology and Ethnology* 1, no. 1 (December 2017): 1, <https://doi.org/10.1186/s41257-017-0001-z>.
- 5 No que diz respeito aos antecedentes do surgimento e desenvolvimento do direito civil e do direito comercial na Europa continental, veja António Menezes Cordeiro, *Direito Comercial*, 4.ª Edição (revista, atualização e aumentada), Almedina, 2016; A. Ferrer Correia, *Lições de Direito Comercial*, Lex, 1994; Leon E. Trakman, 'From the Medieval Law Merchant to E-Merchant Law', *The University of Toronto Law Journal* 53, no. 3 (2003): 265-304, <https://doi.org/10.2307/3650876>.
- 6 Veja Philip C. C. Huang, *Code, Custom, and Legal Practice in China: The Qing and the Republic Compared* (Stanford: Stanford University Press, 2001).
- 7 Veja Richard L. Walker, 'The Control System of the Chinese Government', *The Far Eastern Quarterly*

lidar com casos civis e criminais também, e escolheram do mesmo grupo as sanções aplicáveis a crimes graves e a actos que só civilmente impróprios.⁸

Essa situação em que o direito civil tradicional se manifestou na forma de direito consuetudinário permaneceu até ao início do Século XX. Na virada do Século XIX para XX, a Corte Imperial da Dinastia Qing, enfrentando problemas internos e externos, decidiu realizar reformas políticas e económicas.⁹ Isso incluiu a reforma do sistema legal, cujo objectivo foi introduzir o sistema legal moderno do Ocidente e reformar o sistema legal tradicional da China, de modo que a China gradualmente embarque no caminho da modernização.¹⁰ O motivo da escolha da ocidentalização estava amplamente relacionado à influência japonesa. Após a Restauração Meiji, o Japão, que aprendeu muito com a experiência ocidental e fez grandes progressos, foi um grande incentivo para os governantes do final da Dinastia Qing.¹¹

Naquela época, os mais influentes no mundo eram os sistemas de *civil law* e o de *common law*, e qual deles seria escolhido foi a primeira pergunta a ser respondida na reforma. Tendo em conta que as leis do Reino Unido eram mais complicadas e que as leis dos países de direito civil eram mais adequadas às condições da China, decidiram por introduzir as leis dos países de direito civil.¹² E, como sabemos, uma característica importante da legislação dos países de direito civil é a formulação de uma série de códigos sistemáticos e completos, especialmente os códigos civis.¹³ Portanto, desde que o governo Qing decidiu

7, no. 1 (1947): 2–21, <https://doi.org/10.2307/2049408>.

8 Philip C. C. Huang, *Civil Justice in China: Representation and Practice in the Qing* (Stanford: Stanford University Press, 1996); Nap-yin Lau, ‘Civil Law and Jurisprudence in Imperial China’, in *Oxford Research Encyclopedia of Asian History*, by Nap-yin Lau (Oxford University Press, 2017), <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277727.013.203>; Peter C.H. Chan, ‘The Enigma of Civil Justice in Imperial China: A Legal Historical Enquiry’, *Maastricht Journal of European and Comparative Law* 19, no. 2 (June 2012): 317–37, <https://doi.org/10.1177/1023263X1201900207>.

9 Problemas internos referem-se especialmente ao Levante dos Boxers (Movimento Yihetuan), e problemas externos referem-se à invasão das potências ocidentais. Para as condições sociais na China durante esse período, veja Daniel Leese, ‘“Revolution”: Conceptualizing Political and Social Change in the Late Qing Dynasty’, *Oriens Extremus* 51 (2012): 25–61.

10 Jie Cheng, ‘Why Late Qing Constitutional Reform Failed: An Examination From the Comparative Institutional Perspective’, *Tsinghua China Law Review* 10, no. 1 (2017): 107–47.

11 Peng Tse-zhou, ‘The Influence of the Meiji Restoration on the 1898 Reform of China’, *Oriens Extremus* 21, no. 1 (1974): 17–22.

12 Percy R. Luney, ‘Traditions and Foreign Influences: Systems of Law in China and Japan’, *Law and Contemporary Problems* 52, no. 2 (1989): 129–50, <https://doi.org/10.2307/1191940>.

13 William Tetley, ‘Mixed Jurisdictions: Common Law v. Civil Law (Codified and Uncodified)’, *Louisiana Law Review* 60, no. 3 (1 May 2000), <https://digitalcommons.law.lsu.edu/lalrev/vol60/iss3/2>.

introduzir sistemas jurídicos ocidentais, mais especialmente os dos países europeus de direito continental, a codificação do direito civil passou a estar na agenda dos legisladores chineses, abrindo um processo que durou mais de cem anos.

O “Projecto de Código Civil da Grande Dinastia Qing” concluído em 1911, como um produto da reforma legal no final da Dinastia Qing, marcou o início da modernização do direito civil da China.¹⁴ Seguindo a estrutura do Código Civil Alemão, este projecto consistia em cinco partes: Princípios Gerais, Obrigações, Direitos das Coisas, Família e Sucessão. As primeiras três partes baseiam-se principalmente no Código Civil Alemão e Japonês, enquanto as segundas duas baseiam-se no sistema ritual da China antiga, incluindo leis anteriores, clássicos confucionistas, moral, etc., mas não costumes civis (porque o tempo era muito limitado, não sendo suficiente para concluir a investigação dos costumes civis existentes).¹⁵

A referência ao direito alemão não se manifestou apenas na forma, mas também no conteúdo. Este projecto incorporou os princípios básicos do direito privado europeu, como a inviolabilidade da propriedade privada, liberdade contratual e indemnização por danos causados por negligência, etc., bem como conceitos e sistemas como direito das obrigações, direito das coisas, pessoas jurídicas, etc.¹⁶

Este projecto não foi promulgado porque a dinastia Qing caiu num curto espaço de tempo.¹⁷ No entanto, apesar de não ter se tornado lei vinculativa, ele forneceu a base para a codificação do direito civil no contexto chinês no futuro. A codificação nas décadas subsequentes de anos, especialmente o projecto de Código Civil compilado pelo governo Beiyang em 1925, procedeu com base neste projecto.¹⁸

O primeiro código civil oficialmente promulgado com efeito legal na história chinesa é o Código Civil da República da China promulgado pelo governo do Partido Nacionalista (Kuomintang, KMT) entre 1929-1930. Baseava-se em grande parte no esboço da dinastia Qing, mas promulgado sob a orientação das

14 Jinfan Zhang, *The History of Chinese Legal Civilization: Modern and Contemporary China (From 1840–)* (Singapore: Springer Singapore, 2020), <https://doi.org/10.1007/978-981-10-1032-3>.

15 Jerome Bourgon, ‘Uncivil Dialogue: Law and Custom Did Not Merge into Civil Law under the Qing’, *Late Imperial China* 23, no. 1 (2002): 50–90, <https://doi.org/10.1353/late.2002.0001>.

16 Ver nota 12.

17 Apenas dois meses após a conclusão do Projecto, a Revolução de 1911 estourou e o regime corrupto da Dinastia Qing entrou em colapso rapidamente. Veja Xiaowei Zheng, *The Politics of Rights and the 1911 Revolution in China* (Stanford: Stanford University Press, 2018).

18 ‘Law in Transitional China’, in *Law and Society in China*, by Vai I, Lo (Edward Elgar Publishing, 2020), 74–102, <https://doi.org/10.4337/9781785363092.00007>.

ideias revolucionárias de Sun Yat-sen.¹⁹

Comparado com o projecto no final da Dinastia Qing, este código não foi apenas fortemente influenciado pelos códigos civis alemão e japonês, mas também por muitas outras fontes de leis estrangeiras.²⁰ De facto, era o professor francês Jean Escarra principal assessor da Comissão de Revisão e Codificação da Lei.²¹ Por outro lado, ao contrário do projecto do final da Dinastia Qing, que buscavam cegamente a modernização e ocidentalização, o Código Civil do Kuomintang tentou equilibrar a modernização e a preservação da tradição, reconheceu a validade dos costumes e até incorporou alguns costumes antigos no código.²²

Além disso, desviando-se da prática de codificar o direito civil e o direito comercial separadamente na maioria dos países do sistema de direito civil, o Código Civil do Kuomintang incorporou as regras civis e comerciais.²³ A principal razão para a unificação foi que na China não se formou uma classe independente dos comerciantes até muito tarde (do final do Século XIX ao início do Século XX).²⁴ Outra razão importante foi que, como mencionado anteriormente, os legisladores da época prestavam atenção às jurisdições fora da Alemanha e do Japão, que enfatizavam as semelhanças em vez das diferenças entre as regras civis e comerciais, especialmente a prática da Suíça.

Este código estava em vigor na China continental até 1949, quando a República Popular da China e o novo governo sob a liderança do Partido Comunista da China foram estabelecidos, mas está em vigor em Taiwan até hoje.²⁵

19 Meredith P. Gilpatrick, 'The Status of Law and Lawmaking Procedure under the Kuomintang 1925–46', *The Journal of Asian Studies* 10, no. 1 (November 1950): 38–55, <https://doi.org/10.2307/2049651>.

20 Além do Código Civil Japonês de 1896, do Código Civil Alemão de 1896 e do Código Civil Francês de 1804, outros códigos consultados incluíam, em particular, o Código Civil Suíço de 1907 e o Código Civil Suíço das Obrigações de 1911, o Código Civil Brasileiro de 1916, o Código da Família da Rússia Soviética de 1918, o Código Civil da Rússia Soviética de 1922, etc. Veja Jianfu Chen, *Chinese Law: Context and Transformation: Revised and Expanded Edition* (Brill Nijhoff, 2015), 455, <https://brill.com/view/title/60660>.

21 Veja Werner Levi, 'The Family in Modern Chinese Law', *The Far Eastern Quarterly* 4, no. 3 (1945): 263–73, <https://doi.org/10.2307/2049516>.

22 Veja Wen Yen Tsao, 'The Chinese Family from Customary Law to Positive Law', *Hastings Law Journal* 17, no. 4 (1 January 1966): 727.; Huang, *Code, Custom, and Legal Practice in China*.

23 Kon Sik Kim, 'Codification in East Asia: Commercial Law', in *Codification in East Asia: Selected Papers from the 2nd IACL Thematic Conference*, ed. Wen-Yeu Wang, *Ius Comparatum - Global Studies in Comparative Law* (Cham: Springer International Publishing, 2014), 61–79, https://doi.org/10.1007/978-3-319-03446-1_5.

24 Denise A. Austin, *Christian Identity and the Contributions of Protestant Business Christians in Modern China The Rise of the Chinese Christian Merchant Class* (Brill, 2011), https://doi.org/10.1163/9789004222670_003.

25 L. Zhang, 'The Latest Developments in the Codification of Chinese Civil Law', *Tulane Law Review*

Após a fundação em 1949, a Nova China, que aboliu completamente o antigo sistema jurídico estabelecido pelo Kuomintang, decidiu estabelecer um novo sistema de direito civil, começando com o direito da família.²⁶ Em 1950, a primeira lei de casamento da China foi formulada com referência ao estilo russo soviético.²⁷ Ao mesmo tempo, a codificação do direito civil (excluindo o direito da família) também foi incluída na ordem do dia. A primeira tentativa de codificar o direito civil da RPC ocorreu entre 1954-57. Esses esforços, no entanto, foram encerrados no início de 1958 principalmente por causa das condições políticas desfavoráveis.²⁸ Entre 1962-64, a China reabriu o trabalho de compilação e revisão do direito civil, e no processo concentrou-se em eliminar a influência do direito soviético, porém, devido à eclosão da Revolução Cultural e a quase paralisação da legislatura chinesa, esse esboço ainda foi infrutífero.²⁹

A terceira tentativa de criar um código civil começou em 1979, logo depois que a China estabeleceu a política de reforma e abertura.³⁰ Nesse período, as mentes dos legisladores chineses já estavam muito mais liberadas. Eles começaram a não mais entender e estudar direito de uma perspectiva ideológica, mas acreditavam que poderiam aprender com todos os excelentes sistemas jurídicos e teorias jurídicas do mundo, independentemente de se o país a que pertenciam fosse um país capitalista ou socialista. Sob essa directriz, os objectos de referência para os legisladores chineses mudaram da União Soviética e da Europa Oriental para a Alemanha, Áustria, França e Suíça no continente europeu, e até mesmo o sistema de *Common Law*. De referir, em particular, que os sistemas jurídicos dos países de língua portuguesa também entraram na visão dos legisladores chineses por intermédio de Macau.³¹ Desde este período, os legisladores chineses também

83 (1 December 2009): 999-1040.

26 P. V. E. Terni, 'Chinese Marriage Law of 1949', *The International Law Quarterly* 4, no. 3 (1951): 420-23.

27 Ellen R. Judd, 'Reconsidering China's Marriage Law Campaign: Toward a De-Orientalized Feminist Perspective', *Asian Journal of Women's Studies* 4, no. 2 (January 1998): 8-26, <https://doi.org/10.1080/12259276.1998.11665817>; Xiaoping Cong, *Marriage, Law, and Gender in Revolutionary China, 1940-1960* (Cambridge: Cambridge University Press, 2016), <https://doi.org/10.1017/CBO9781316563021>.

28 Masanobu Kato, 'Civil and Economic Law in the People's Republic of China', *The American Journal of Comparative Law* 30, no. 3 (1982): 429-57, <https://doi.org/10.2307/839725>.

29 Supra nota 28.

30 Guocang Huan, 'China's Open Door Policy, 1978-1984', *Journal of International Affairs* 39, no. 2 (1986): 1-18.

31 Veja Tong Io Cheng, 'O Código Civil Português e o Seu Impacto Na Re-Codificação Do Direito Civil de Macau e Na Codificação Em Curso Na República Popular Da China', in *50 Anos Do Código Civil - Em Homenagem Aos Profs. Doutores Vaz Serra, Antunes Varela e Rui de Alarcão* (Almedina, 2019).

prestaram grande atenção à compreensão dos sistemas jurídicos e judiciários de Taiwan, Hong Kong e Macau, que são diferentes jurisdições dentro de um país.³²

No entanto, devido às rápidas mudanças sociais e às condições imaturas, o trabalho de compilação desta vez que durou vários anos não alcançou resultados satisfatórios. Embora o rascunho tenha sido concluído, foram encontrados problemas no processo de discussão específica. Isso foi principalmente porque, naquela época, o sistema económico da China estava num estágio de transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. Muitas questões institucionais na reforma económica ainda não haviam se delineado e a direcção do desenvolvimento futuro ainda não havia sido esclarecida. O propósito da lei civil era complementar a economia mercantil, que envolvia uma ampla gama de áreas, e era difícil chegar imediatamente a um consenso naquela época.³³

Os legisladores chineses decidiram suspender a elaboração do código civil e, em vez disso, promulgar leis avulsas para as partes mais necessárias e consolidadas. A promulgação da Lei dos Contratos Económicos em 1981 e a promulgação da Lei dos Contratos Económicos Relacionados ao Estrangeiro em 1985 foram ambas a implementação dessa ideia.³⁴ Essa mudança foi lamentável para os civilistas da época, mas logo depois todos perceberam que essa foi uma decisão sensata. Por exemplo, o professor Liang Huixing, um dos mais respeitados civilistas da China, apontou nos últimos anos: “Vamos imaginar que, se um código civil chinês fosse realmente formulado naquela época, podemos ter certeza de que esse código civil devia ser um código civil do modelo soviético, reflectindo as características e requisitos essenciais da economia planificada de propriedade pública, não podendo fornecer a base jurídica para o avanço da reforma e abertura e para o desenvolvimento de uma economia de mercado socialista.”³⁵

O progresso da China no avanço da legislação civil não parou por causa da interrupção da codificação. Em 1986, foi promulgada a Regra Geral de Direito Civil contendo 156 artigos, que consagrava o sistema principal de parte geral de direito civil e condensava o conteúdo das partes especiais em duas partes de “direitos” e “responsabilidades”. Isso pode ser considerado como um código civil em miniatura, que afirmou claramente que os direitos pessoais e de

32 Ignazio Castellucci, ‘Legal Hybridity in Hong Kong and Macau’, *McGill Law Journal / Revue de Droit de McGill* 57, no. 4 (2012): 665–720, <https://doi.org/10.7202/1013028ar>.

33 Veja Yingyi Qian, ‘The Process of China’s Market Transition (1978-1998): The Evolutionary, Historical, and Comparative Perspectives’, *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)* 156, no. 1 (2000): 151.

34 Zhang Yuqing and James McLean, ‘China’s Foreign Economic Contract Law: Its Significance and Analysis’, *Northwestern Journal of International Law & Business* 8, no. 1 (1 January 1987): 120.

35 Veja o seu artigo publicado em 15/08/2016 no “Diário do Povo”.

propriedade dos cidadãos eram protegidos por lei, forneceu directrizes básicas para o aprofundamento da reforma e abertura, e também resolveu as necessidades urgentes do país.³⁶

Depois de entrar na década de 1990,³⁷ o desenvolvimento económico da China entrou na via rápida, que apresentou maiores demandas para a legislação civil.³⁸ A Lei dos Contratos foi aprovada em 1999, a Lei dos Direitos Reais em 2007 e a Lei de Responsabilidade Civil aprovada no final de 2009.³⁹ Essas três leis e a Regra Geral de Direito Civil tinham sido a base do direito civil da China durante muitos anos. Além disso, leis civis avulsas, como a Lei de Casamento, Lei de Adopção e Lei de Sucessões, também eram parte importante do sistema do direito civil chinês. No entanto, a constituição, o direito penal, o direito processual penal e o direito civil processual foram todos codificados⁴⁰ e apenas o direito civil ainda se manifestou como uma série de leis avulsas: isto era uma grande pena para um país que plantou as sementes da codificação do direito civil há muito tempo.

36 Veja Henry R. Zheng, 'China's New Civil Law', *The American Journal of Comparative Law* 34, no. 4 (1 October 1986): 669–704, <https://doi.org/10.2307/840328>; Tong Rou, 'The General Principles of Civil Law of the PRC: Its Birth, Characteristics, and Role', *Law and Contemporary Problems* 52, no. 2 (1 April 1989): 151–75.

37 Em Outubro de 1992, o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China foi realizado em Pequim. Na conferência, foram enfatizados o objectivo da reforma de estabelecer um sistema económico de mercado socialista, a necessidade de acelerar o desenvolvimento e de concentrar os esforços na construção económica. Consequentemente, em 1993, a China reviu a sua constituição. A redacção original do Artigo 15 da Constituição de que "a China implementa uma economia planificada com base na propriedade pública socialista" foi alterada para "a China implementa uma economia de mercado socialista". Essa emenda esclareceu a direcção da reforma e abertura da China, estabeleceu o sistema económico de mercado socialista e lançou as bases económicas para a compilação do Código Civil. Veja Zhiyuan Cui, 'Making Sense of the Chinese "Socialist Market Economy": A Note', *Modern China* 38, no. 6 (2012): 665–76.

38 Um evento particularmente importante é que a China aderiu à Organização Mundial do Comércio em 2001, que apresenta requerimentos mais elevados para melhorar o ambiente jurídico interno da China. Para este contexto, veja Kong Qingjiang, *China and the World Trade Organization: A Legal Perspective* (WORLD SCIENTIFIC, 2002), <https://doi.org/10.1142/4999>.

39 George Konk, 'A New Tort Code Emerges in China: An Introduction to the Discussion With a Translation of Chapter 8- Tort Liability, of the Official Discussion Draft of the Proposed Revised Civil Code of the People's Republic of China', *Fordham International Law Journal* 30, no. 4 (1 January 2006): 935.; Surya Deva, 'The PRC Tort Law: A Big Step Forward? Legal Developments - Hong Kong and Mainland China', *City University of Hong Kong Law Review* 2, no. 2 (2010): 383–96. Antes disso, em 2001, os legisladores chineses haviam lançado a quarta tentativa de compilar um Código Civil, mas após discussão e pesquisa, eles ainda decidiram continuar a formular leis avulsas para promover a construção do sistema jurídico civil da China.

40 Embora o título dessas leis não contenha a palavra "Código", elas incorporam quase todas as regras do sector envolvido e são códigos de facto. O Código Civil é a primeira lei que contém "código" na sua designação.

Em Outubro de 2014, na 4.º Sessão Plenária do 18.º Comité Central do Partido Comunista da China, aprovou-se um pacote abrangente de reformas legais, que claramente afirmou que era necessário “elaborar o Código Civil”. Em Março de 2015, a Comissão de Assuntos Legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional assumiu a liderança no estabelecimento da coordenação dos trabalhos de compilação do Código Civil envolvendo o Tribunal Popular Supremo, a Procuradoria Popular Suprema, o Ministério da Justiça (Gabinete de Assuntos Jurídicos do Conselho de Estado), a Academia Chinesa de Ciências Sociais e a Sociedade Jurídica Chinesa, e a compilação do Código Civil foi oficialmente lançada.

De acordo com o plano dos legisladores chineses, a elaboração do Código Civil foi dividida em duas etapas. O primeiro passo foi concluído em 2017, marcado pela promulgação dos “Princípios Gerais do Direito Civil da República Popular da China”, o conteúdo principal dos quais seria compilado na Parte Geral do futuro Código Civil. O segundo passo foi a compilação das várias partes especiais do Código Civil, que depois de serem analisados e alterados, seriam posteriormente integrados aos Princípios Gerais do Direito Civil num projecto completo do Código Civil.

A concepção dos livros do Código Civil chinês não só dá continuidade à tradição de estilo alemão de compor parte geral e partes especiais, mas também tem as suas próprias características: além da parte geral, é composto por seis (em vez de quatro) partes especiais, que regulam respectivamente direitos reais, contratos, direitos de personalidade, casamento e família, sucessões e responsabilidade civil. As propostas dessas seis partes foram formuladas separadamente e cada uma passou por duas a três deliberações entre 2018 e 2019. As versões finais foram fundidas com os Princípios Gerais do Direito Civil que haviam entrado em vigor antes para formar uma proposta do Código Civil, que foi então discutida e revista. Finalmente, o texto oficial adoptado em Maio de 2020 foi formado. Neste ponto, a compilação do novo Código Civil da China finalmente foi concluída.

A formulação do Código Civil da Nova China tem significado histórico importante. Primeiro, é considerado um símbolo da prosperidade da nação chinesa. Segundo, o direito civil é um sector básico e abrangente, que regula várias relações pessoais e patrimoniais e envolve todos os aspectos da vida social e económica. O estabelecimento de um sistema jurídico sólido e completo, incluindo o Código Civil, é base importante para a governança conforme as leis. Terceiro, no processo de compilação do Código Civil, o sistema jurídico básico e as regras de conduta no campo dos assuntos civis e comerciais na China têm sido continuamente aprimorados, o que contribui para a promoção de um desenvolvimento económico de alta qualidade. Quarto, com o desenvolvimento económico e a acumulação contínua da riqueza nacional, com o advento da era da informatização e do *big*

data, as exigências do povo chinês por democracia, estado de direito, equidade, justiça, segurança e bom ambiente estão a aumentar. Algumas das normas da antiga legislação civil estavam atrasadas e era difícil adaptar-se às necessidades cada vez maiores das pessoas por uma vida melhor. O novo Código Civil enfatiza a protecção dos direitos civis dos cidadãos, o que é importante para melhor salvaguardar os direitos e interesses das pessoas.⁴¹

Em outro lado, a codificação do Código Civil Chinês não é uma mera codificação em um sentido formal. Ele utilizou técnicas de codificação da última geração e apresenta uma série de recursos inovadores exclusivos da China, que é um Código Civil da geração da era da alta tecnologia e praticamente resolve os problemas.⁴² Nos seus 1.260 artigos concisos, como mencionado anteriormente, o Código divide as obrigações em um livro dos contratos e um outro da responsabilidade civil, e absorve a gestão de negócios e o enriquecimento sem causa no livro dos contratos como quase-contratos. Além disso, um livro sobre os direitos de personalidade é independente e inclui uma lista enumerada de direitos de personalidade protegidos pela lei chinesa. Esses artigos sobre direitos de personalidade enfocam a privacidade e a protecção de dados com um esforço para manter a lei civil chinesa actualizada para que ela possa enfrentar os desafios jurídicos colocados pelo avanço da tecnologia.⁴³ A compilação independente dos direitos de personalidade é considerada uma grande inovação e o maior destaque do Código Civil Chinês, que é considerado um reflexo do cuidado humanístico mais profundo do governo chinês. A compilação independente de responsabilidade civil também visa fortalecer a protecção dos direitos civis, respondendo ao alívio das vítimas e à prevenção de danos na era de risco.

Em suma, a compilação do Código Civil é um sonho centenário do povo chinês. Na primeira metade do Século XX, os governantes chineses fizeram muitos esforços para codificar a lei civil e alcançaram certos resultados. Após a fundação da Nova China, essas conquistas não foram aceites devido a diferenças ideológicas. A nova China sob a liderança do Partido Comunista continuou a perseguir o sonho de codificar o direito civil. No entanto, devido a eventos políticos e tendências económicas pouco claras, esses esforços foram interrompidos repetidamente. A

41 Veja as notas de Wang Chen, Vice-Presidente da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional, quando apresentou o Código Civil na conferência de 22 de Maio de 2020. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/npc/c30834/202005/50c0b507ad32464aba87c2ea65bea00d.shtml>, visitado em 27 de Dezembro de 2021.

42 Dessie Tilahun Ayalew, 'China's Recent Civil Law Codification in the Hightech Era: History, Innovations, and Key Takeaways', *Tsinghua China Law Review* 13, No. 1 (2020): 149-64.

43 Liming Wang and Bingwan Xiong, 'Personality Rights in China's New Civil Code: A Response to Increasing Awareness of Rights in an Era of Evolving Technology', *Modern China* 47, no. 6 (1 November 2021): 703-39, <https://doi.org/10.1177/0097700420977826>.

implementação da política de reforma e abertura e a determinação na direcção do desenvolvimento da economia de mercado socialista promoveram o rápido desenvolvimento das leis civis e comerciais da China e do final do Século XX ao início do Século XXI, um sistema basicamente completo do direito civil foi formado. O povo chinês bateu no ferro enquanto ainda estava quente e reiniciou a compilação do Código Civil nos últimos anos, e finalmente venceu.

Este código não só faz referência aprofundada aos sistemas jurídicos ocidentais, mas também reflecte as próprias características da China. Mais importante, ele aborda algumas das questões práticas mais recentes, tais como fortalecer a protecção dos direitos de personalidade na era da informação, como fortalecer a protecção do meio ambiente, etc. Isso não só permite a realização de diálogos de direito comparado entre a China e os países ocidentais, mas também torna o direito chinês uma nova referência importante para os países emergentes que ainda não concluíram o processo de codificação.